A NATUREZA ONTOLÓGICA DA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL

Rosilene Pimentel S. Rangel*

RESUMO

O texto trata da natureza ontológica da educação, considerada como um complexo do ser social que age na formação dos sujeitos e visa compreender as intrínsecas relações que a educação mantém no processo de reprodução sócio-humano.

Palavras-chave: Educação. Ontologia. Trabalho. Ser Social.

ABSTRACT

The text deals with the ontological nature of the education considered as a complex of the social being that acts in the individual formation and aim to comprehend the intrinsic relations that education keeps in the human social reproduction process.

Key Words: Education. Ontology. Labour. Social Being.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objeto apreender a natureza ontológica da educação, ou seja, como ela se situa dentro do processo de reprodução do ser social e como ela responde às necessidades que são gradativamente criadas por um conjunto de aspectos econômicos, sociais e políticos, presentes no contexto do capitalismo. Sua realização foi pautada na pesquisa de *Para a Ontologia do Ser Social* (1981), de Georg Lukács, filósofo húngaro que concebe o ser social e seu processo de reprodução a partir do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens.

No processo de investigação sobre educação tomamos inicialmente por referência um universo categorial que ontologicamente compreende a totalidade social

* Professora da Faculdade de Sergipe - FaSe. Mestre em Educação.

como complexo de complexos, de modo que a educação emerge no interior de tal complexo compondo o mundo dos homens como totalidade dinâmica e contraditória.

Ao refletirmos sobre a educação em sentido ontológico encontramos na concepção de Georg Luckács o trabalho como o momento central da gênese ontológica do ser social, significando que ele como posição teleológica primária funda outras posições teleológicas, entre as quais o complexo da educação, como momento integrante da reprodução social. Para Lukács (1981: 177), o ser social é entendido como um complexo de complexos de caráter histórico e dinâmico que,

> só existe na sua ininterrupta reprodução, a sua substância enquanto ser está sempre em transformação e consiste precisamente nisto: a mudança incessante no curso da reprodução produz continuamente os traços substanciais específicos do ser social, numa escala quantitativa e qualitativa cada vez mais ampla.

Ainda segundo o autor (1981: 178), o ser social possui "como sua estrutura de fundo a polarização dos dois complexos dinâmicos que se colocam e se retiram continuamente no processo reprodutivo: o indivíduo e a própria sociedade". De modo que a reprodução social é também um processo que compreende dois momentos indissociáveis, a individuação e a sociabilidade, com uma dinâmica própria de desenvolvimento não encontrada anteriormente na natureza.

O homem nos é apontado por Lukács como um complexo também biológico, isto é, ele se constitui parte da natureza orgânica. Mas, é importante esclarecer que essa caracterização não é inerente somente ao homem. Todos os seres vivos, desde as formas mais elementares, pertencem à natureza orgânica. No entanto, segundo Lukács (1981: 146-7), não poderemos jamais perder de vista que

> a reprodução se desenvolve num ambiente cuja base é certamente a natureza, o qual, não obstante, é sempre e cada vez mais modificado pelo trabalho, pela atividade dos homens, da mesma forma como a sociedade, onde se verifica realmente o processo reprodutivo do homem, encontra cada vez menos já "prontas" na natureza as condições da própria reprodução, as quais, ao invés, ela cria mediante a práxis social dos homens.

Dadas estas condições, o trabalho é considerado (Lukács, 1981: 146-7), a "base ontológica do ser social, em sua justa posição na síntese da totalidade social, na relação recíproca daqueles complexos de cujas ações e reações esta emerge e tem força", pois o trabalho "tem um significado fundante para a especificidade do ser social, do qual funda todas as determinações". Além disso (Lukács, 1981: 135), "todo o fenômeno social pressupõe, direta ou indiretamente, às vezes muito indiretamente, o trabalho, com todas as suas conseqüências ontológicas".

Esse caráter primário da posição do trabalho não significa um juízo de valor em relação a uma importância maior ou menor de qualquer das categorias sociais, mas sim que as posições secundárias são derivadas do trabalho, supõem a sua existência.

Avançando nas reflexões, retomemos a constatação de que uma posição teleológica sempre provoca o surgimento de outras posições teleológicas. Conseqüentemente, totalidades complexas emergem desse processo tendo como base a mediação entre homem e natureza através do trabalho mediante o qual se dá o desenvolvimento das forças produtivas. Na medida em que posições teleológicas secundárias acompanham o desenvolvimento das forças produtivas, novos comportamentos sociais são estabelecidos, incidindo sobre a totalidade social. Com isso, o homem se vê diante de situações nas quais necessita propor alternativas que servirão como elementos de continuidade da sua reprodução e da sociedade.

Neste sentido, há uma distinção essencial entre trabalho e educação. A educação é uma posição teleológica na qual um sujeito age sobre a consciência de outro sujeito. No trabalho o sujeito age sobre um objeto que é a materialidade causal e suas leis, enquanto na educação o objeto da ação é o próprio sujeito. Assim sendo, a dinâmica dos complexos educação e trabalho é movida por leis internas muito diferentes, o caráter da educação não se confunde com o caráter do trabalho, ao contrário, sua apreensão compreende momentos nos quais estes se articulam e se distinguem.

Lukács especifica a existência da educação em sentido amplo, não aquele sentido estrito da educação como atividade consciente, mas o resultado de todas as influências sobre o homem em formação. Afirma ainda que (Lukács, 1981: 272), mesmo a criança já reage a essa educação em sentido amplo com decisões alternativas de modo que a constituição da sua individualidade se forja num “processo de reações recíprocas que se desenvolve como continuidade entre estes dois complexos”.

Desse modo, a formação do sujeito através da educação se dá mediante a interação entre o indivíduo e o gênero do qual ele faz parte. O conhecimento do sujeito, de como ele age e pensa é mais difícil ainda do que o conhecimento da objetividade material e de suas leis internas. Por isso, no processo educativo não se pode obter nenhuma garantia de que o objetivo será alcançado tal como foi definido, pois não sabemos precisamente de que forma o educando reagirá às ações educativas.

Como no contexto do capitalismo a educação responde as necessidades que são gradativamente criadas por um conjunto de aspectos econômicos, sociais e políticos, é evidente que ao procurar suprir estas necessidades o complexo da educação, enquanto

componente da totalidade social, acabe por colaborar com a lógica do capital. Isto acontece porque nas sociedades regidas pelo modo de produção e acumulação capitalista existe uma preocupação em estabelecer um processo preparatório que viabilize a inserção dos indivíduos nas relações sociais de produção, determinando assim novas formas de ensinar e aprender convergentes com as necessidades de reprodução daquela sociedade. Ao mesmo tempo, as relações sociais acabam por condicionar os indivíduos a aceitarem as condições determinadas pelas relações sociais vigentes.

Sob esse aspecto, nossa investigação recorre ao pensamento de István Mészáros, filósofo húngaro que em sua obra *Para Além do Capital* (2002) traz novos elementos para uma reflexão sobre o capital, analisando a natureza da crise estrutural que hoje se configura. E também em seu livro *A Educação para Além do Capital* (2005), no qual Mészáros (2005: 25) nos apresenta o impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação e reforça a ligação existente entre os processos sociais mais abrangentes e a educação afirmando que, "uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança". Porém (Mészáros, 2005: 25), é necessário que o modo de reprodução estabelecido pela sociedade seja levado em consideração a fim de que sejam evitados "ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação".

METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E CRISE ESTRUTURAL

Na percepção de Mészáros (2002:736-7), a existência do capital antecede o capitalismo como forma societária dos homens produzirem materialmente sua vida. Ou seja,

> todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau da história muito tempo antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes.

Assim sendo, mesmo de forma embrionária, bem antes da fase capitalista já existia capital. Significa, portanto, que o capital é resultante de um longo processo histórico. [1] Dessa maneira (Mészáros, 2002: 710-11),

> como força todo-poderosa da reprodução sociometabólica, o capital resulta de constituintes que, em sua condição original, por necessidade, desempenham necessariamente um papel subordinado, mesmo que dinamicamente crescente em relação a outras forças e determinações reprodutivas da sociedade dada.

Como conseqüência desse processo histórico, o capital encontra formas de superar "as resistências que encontra e adquire um 'poder soberano' para dominar todas as facetas do processo de reprodução societária" (Mészáros, 2002: 711).

Face às considerações do autor, consideremos que o sistema sociometabólico do capital é, segundo ele, resultante de um processo histórico que por intermédio da divisão social do trabalho possibilita a subsunção real do trabalho no capital; e suas mediações de primeira e segunda ordem. Para Mészáros, as mediações de primeira ordem são entendidas como "determinações ontológicas", isto é, a reprodução da nossa existência é estabelecida pela interação do ser social com a natureza.

No contexto indispensável da reprodução sociometabólica a mediação primária não necessita do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação. Para Mészáros (2002:213), isso somente vai se configurar com as mediações de segunda ordem, pois graças a elas "cada uma das formas primárias é alterada de modo a se tornar quase irreconhecível, para adequar-se às necessidades expansionistas de um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital". Sendo assim, estas mediações de segunda ordem fazem parte de um círculo vicioso do qual não podemos escapar (Mészáros, 2002:179), "pois elas se interpõem, como 'mediações', em última análise destrutiva da 'mediação primária', entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza".

Nesta perspectiva, existe um controle que nos subordina ao capital e nos obriga a uma adaptação ao seu metabolismo, independente da classe social a qual pertençamos. E esse controle do metabolismo social do capital ao mesmo tempo em que nos impõe uma adaptação não possui limites para a sua expansão e configurou-se segundo

---

[1] Convém salientar que, (Mészáros, 2002: 837), "o capital, na verdade, é sempre uma relação social". Isto é, ele é resultado das relações histórico-sociais produzidas pelos homens e como tal sua superação só poderá se dar pela ação dos próprios sujeitos históricos.

Mészáros (2002: 105) em um sistema "ontologicamente incontrolável", [2] apresentando *defeitos estruturais*, [3] que com suas mediações de segunda ordem manifestam-se de várias maneiras:

> Primeiro, a produção e seu controle estão radicalmente separados e se encontram diametralmente opostos um ao outro.
> Segundo, no mesmo espírito, em decorrência das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado "consumismo", em algumas partes do mundo, pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação da satisfação das necessidades elementares para incontáveis milhões de seres.
> E, terceiro, os novos microcosmos do sistema de capital se combinam de modo inteiramente manejável, de tal maneira que o capital social total deveria ser capaz de integrar-se – dada a necessidade – ao domínio global de circulação, [...] visando superar a contradição entre produção e circulação. Dessa maneira, a necessária dominação e subordinação prevalece não só dentro dos microcosmos particulares – por meio da ação de "personificações do capital" individuais - , mas igualmente fora de seus limites, transcendendo não só as barreiras regionais como também as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se encontra submetida [...] aos imperativos alienantes de um sistema global de capital.

Tal como nos é dado observar, é por intermédio destas situações que identificamos o *defeito estrutural* sedimentado e com sua localização na "ausência de unidade" dos mecanismos de controle do capital. No entanto, estas estruturas são vitais e insubstituíveis para o capital, e os antagonismos sociais oriundos de suas condições históricas específicas favorecem, de forma predominante, o capital sobre o trabalho. As personificações do capital e do trabalho, entendidas, primeiramente como uma maneira de atender as determinações de expansão do capital e, a segunda, como personificação dos trabalhadores em trabalho, tornam-se necessidades do capital em virtude da imposição e mediação de suas determinações, que impõem a subordinação do sujeito ao seu metabolismo. As conseqüências dessa subordinação são as piores possíveis: desumanização, destruição da força humana que trabalha, do meio-ambiente.

As condições gestadas com a expansão do capitalismo são, portanto, profundamente afetadas por uma nova crise do capital, cuja natureza é estrutural. Mészáros (1981: 797) faz a distinção, em termos simples e gerais, entre crise estrutural

---

[2] Quanto ao capital ser um sistema ontologicamente incontrolável Maria Cristina Soares Paniago afirma: "O capital, nas palavras de Mészáros, 'é acima de tudo um modo de controle, antes mesmo de ser – em um sentido superficial – controlado pelos capitalistas privados (ou mais tarde, pelos funcionários do Estado de tipo soviético)'. Ele tem que manter a 'primazia' de seus objetivos metabólicos sobre o 'conjunto de pessoas'. *A incontrolabilidade ontológica do capital – um estudo sobre Beyond Capital, de I.* Meszáros. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.181.

[3] Segundo Mészáros (2002: 105), "no sistema do capital esses defeitos estruturais são claramente visíveis no fato de serem os novos microcosmos que o compõem internamente fragmentados de muitas formas".

e não-estrutural destacando que, “a crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”, enquanto que a não-estrutural vai afetar “apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global”. Não obstante, (Mészáros, 2002: 797) a crise estrutural “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo”.

Na visão do autor (Mészáros, 2002: 800), “a crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica”, pois diante das determinações do círculo vicioso do capital “a profunda crise da ‘sociedade civil’ reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas”. O efeito das mudanças no mundo do trabalho, geradas pela crise estrutural do capital, tem acarretado reformulações e novos paradigmas no cenário educacional brasileiro, sobretudo em face dos novos padrões de desenvolvimento tecnológico.

AS REPERCUSSÕES DA CRISE ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para Mészáros (2000: 14), “a crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos”. Estes limites, por sua vez, enfatizam a incontrolabilidade e os defeitos estruturais que acompanham o metabolismo social do capital e deles emergem as tentativas de recuperação do seu ciclo reprodutivo, com o processo de reestruturação produtiva. A educação nesse contexto tem como objetivo preparar os indivíduos para reagir de modo socialmente adequado ao padrão de reprodução da sociedade, já que a sua mediação com o mundo do trabalho é realizada no sentido de colaborar com a continuidade do sistema e de seus padrões de exploração.

No contexto atual da crise estrutural as exigências do sistema produtivo recaem no sistema educacional, reformulando e direcionando as suas ações no intuito de colaborar na formação de um novo tipo de trabalhador, atendendo assim às novas demandas do mercado de trabalho. Desse modo, a escola atualmente tem sua base de

funcionamento dentro de padrões semelhantes aos de uma empresa, enfatizando ainda mais a sua função de formar o cidadão produtivo para o exercício profissional.

Ao observamos a preocupação das empresas em estabelecer sua eficácia na atividade econômica, seja no mercado nacional e principalmente no internacional, e a crescente competição entre elas, constatamos que as exigências que foram impostas ao sistema educacional abrangem não somente o trabalhador, mas também o indivíduo e o cidadão. Sendo assim, não se pode perder de vista que as alterações no cenário educacional aconteceram devido à adesão do Brasil as propostas neoliberais e também porque a nossa educação não correspondia mais às demandas sociais e, principalmente, não atendiam os preceitos do capital.

No contexto das últimas décadas, o debate em torno das transformações no mundo do trabalho ganhou espaço e consolidou-se como um dos pólos de referência para se compreender as mudanças na educação. Essas transformações, por sua vez, encontram-se associadas ao contexto socioeconômico e político, marcados pelo neoliberalismo e reestruturação produtiva que, intermediados pela mundialização do capital, da nova divisão internacional do trabalho e da inserção de um novo padrão tecnológico de base microeletrônica, impõem exigências quanto à qualificação do novo tipo de trabalhador que o mercado passa a requerer.

Nesse sentido, o sistema educacional, tido como formador da mão-de-obra qualificada, é obrigado a enfrentar alterações em sua estrutura organizacional e política para contemplar as novas demandas do mercado de trabalho e assim adequar-se a nova realidade posta pelo desenvolvimento capitalista.

Neste ponto, evidencia-se um fato que perpassa a relação educação e trabalho na contemporaneidade: a constatação de que as mudanças ocorridas em nosso sistema educacional, mais precisamente na década de 1990, decorrem muito mais das alterações no contexto socioeconômico e político para atender as exigências e recomendações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional /FMI, ao invés de se constituir numa política educacional consistente e coerente com a realidade brasileira.

No entanto, é preciso deixar claro que isso não acontece de maneira uniforme, pois as questões sociais nunca são simples, principalmente as que dizem respeito à educação e ao ensino e que, conforme já apontava Lukács, até mesmo em sentido amplo a ação educativa ontologicamente considerada é permeada pela reação dos indivíduos e por suas escolhas ante as alternativas que a sociedade lhes oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reprodução social tem por base o trabalho, que se configura como um momento central na gênese ontológica do ser social. Sendo uma posição teleológica primária que pertence exclusivamente ao homem e que é realizado em resposta a suas necessidades.

Sob essas circunstâncias específicas, o processo de educação do ser social, no sentido mais lato possível, é infinito, ou seja, ele é contínuo e somente é interrompido quando morremos. Portanto, o convívio em sociedade nos impulsiona a aprendermos sempre algo novo e assim a educação assume seu sentido lato, mais amplo. O aprofundamento da investigação nos permitiu visualizar ontologicamente a maneira decisiva como o trabalho e as posições teleológicas que dele derivam atuam na reprodução do ser social, estabelecendo as condições necessárias para a sobrevivência do gênero humano. Neste sentido, a educação é momento decisivo do desenvolvimento humano-social e da constituição da individualidade. Como estas posições teleológicas acompanham o desenvolvimento das forças produtivas, novos comportamentos sociais são estabelecidos, incidindo sobre a totalidade social e vice-versa.

Na perspectiva da totalidade social como complexo de complexos e da sociedade capitalista como momento particular do desenvolvimento histórico-social e humano, é inconteste que as transformações ocorridas no espaço produtivo repercutem no complexo da educação. Partindo dessa constatação, observamos nas últimas décadas uma acentuada preocupação com os rumos que norteiam o sistema educacional face à crise estrutural do capital que se configura na atualidade. A análise deste processo de mudança permitiu compreender as intrínsecas relações que a educação mantém no processo de reprodução sócio-humano.

Tendo em vista que o objetivo da educação é preparar os indivíduos para reagirem de modo socialmente adequado ao padrão de reprodução da sociedade, não se pode desconsiderar o poder totalizante que o capital possui de organizar e controlar o metabolismo social. Portanto, é por intermédio da mediação com o mundo do trabalho sob a regência do capital, que a educação contribui para a continuidade do sistema e de seus padrões de exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LESSA, Sérgio. *Trabalho e ser social*. Maceió: Edufal, 1997.

LUKÁKS, Georg. *La riproduzione.* Capítulo II do volume II de Per l'ontologia dell'essere sociale. Versão italiana de Alberto Scarponi, a partir de cópia datilográfica da redação em alemão, preparada por Ferenc Bródy e Gábor Révai e revista por G. Lúkacs. Editora Riunit, 1. ed. Roma: 1981.

MARX, Karl. *O capital: crise da economia política.* Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital.* Trad. Sérgio Lessa; Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

_____ "A crise estrutural do capital". In: *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. N. 4. Rio de Janeiro, 2000.

_____ *A educação para além do capital.* Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. *A incontrolabilidade ontológica do capital – um estudo sobre Beyond Capital, de I. Meszáros.* Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.